

REVISTA

SABERES DA AMAZÔNIA

CIÊNCIAS JURÍDICAS, HUMANAS E SOCIAIS



VOL. 5 | N. 10

Janeiro-Julho 2020 | ISSN: 2448-0576

OLHARES SOBRE A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

VIEWS ON INITIAL TEACHER TRAINING AND INCLUSIVE EDUCATION: A LITERATURE REVIEW

Vera Mônica Queiroz Fernandes Aguiar¹

Regina Célia Linhares Hostins²

RESUMO

Esta pesquisa discute a formação docente e a educação inclusiva, com fundamentos em uma Revisão de Literatura advinda das bases de dados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, no Google Acadêmico e no site de busca integrada da EBSCO, cujos principais strings de busca foram: “formação de professores”, and “cursos de pedagogia EaD” or “atuação do professor”; “BNCC” or and “base curricular”; “educação inclusiva” and “aprendizagem de alunos com deficiência”. O objetivo é discutir a produção científica sobre a formação inicial de professores e sua articulação com a política de educação inclusiva. Após a identificação de publicações nas bases de dados, foram realizadas as triagens, seguindo critérios de exclusão. Foram selecionadas 07 (sete) publicações para análise descritiva. Há que se fazer articulações entre a formação inicial e a prática do professor em sala de aula para alcançar objetivos e metas da política educacional inclusiva no cenário nacional.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Formação Docente. Educação a Distância.

ABSTRACT

This research discusses teacher training and inclusive education, based on a Literature Review from the databases at the Brazilian Digital Library of doctoral thesis and dissertations, on Google Scholar and on the integrated search site EBSCO, whose main search strings were: “teacher training”, and “ead pedagogy courses” or “teacher performance”; “BNCC” or and “curricular base”; “inclusive education” and “learning of students with disabilities”. The objective is to discuss the scientific production on the initial teacher education and its articulation with the inclusive education policy. After identifying publications in the databases, screening was performed, following exclusion criteria. We were selected seven studies for descriptive analysis. Articulations must be made

¹Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Itajaí - Univali. E-mail: drveramonica@gmail.com

²Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Itajaí - Univali. E-mail: raitz@univali.br

between the initial training and the practice of the teacher in the classroom to achieve objectives and goals of inclusive educational policy in the national reality.

Keywords: Inclusive education. Teacher training. Distance Education.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, muito se fala na relevância, abrangência e consistência das políticas educacionais para ampliar as oportunidades de acesso e de participação qualitativa de todos na educação. Neste artigo de Revisão de Literatura, o objetivo é discutir a produção científica sobre a formação inicial de professores, a educação a distância e sua articulação com a política de educação inclusiva.

A abordagem formulada na Base Nacional Comum Curricular brasileira³ apresenta um referencial para analisar políticas educacionais inclusivas em formato amplo, e em um olhar específico, que recorta a questão da pessoa com deficiência. Esta apenas destaca que a educação [...] requer o compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.⁴

A reflexão sobre tal abordagem é salutar no contexto brasileiro, pois o campo de pesquisa em políticas educacionais sobre a formação inicial de professores em articulação com educação inclusiva de alunos com alguma deficiência é amplo, recente, com necessidade de ajustes e cumprimento de legislação.

Embora haja ampla propagação de políticas de educação inclusiva em âmbito global, a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos, na década de 1990, não se pode dizer que há políticas de inclusão consolidadas no Brasil em termos de referenciais analíticos consistentes. As políticas

³**Base Nacional Comum Curricular.** Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> > Acesso em 20 de jul. 2020.

⁴Lei nº 13.146/2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em 20 de jul. 2020.

existentes sofrem as fragilidades de um sistema educacional com carência de mão de obra qualificada e de condições críticas no ambiente escolar, resultantes de crises no contexto social, político e econômico que atinge o Brasil.

Neste artigo apresentam-se ideias sobre políticas de educação para a formação de professores, educação a distância e educação inclusiva. O debate em torno desta temática propicia uma reflexão sobre suas possibilidades para a análise de políticas educacionais de formação de professores e o processo de inclusão de alunos nas escolas brasileiras, assim como o aparato tecnológico que envolve o processo de ensino-aprendizagem. Argumentar-se-á que a análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais não pode se abster de discutir o contexto da prática pedagógica e seus efeitos.

O objetivo da Revisão de Literatura apresentada é identificar as discussões já consolidadas no campo da produção científica em educação, as quais envolvem a formação inicial de professores e seus desafios quanto às exigências da política de educação inclusiva e sua expressão na Base Nacional Comum Curricular BNCC⁵ da educação brasileira, oficializada no ano de 2019. Esta última lança luzes sobre o desempenho da escola e na escola, que é o campo de experiências de professores e estudantes. O objetivo da BNCC é balizar a qualidade da educação de crianças e jovens no Brasil e estipular um currículo único para cada uma das etapas da Educação Básica. Com a elaboração da Base, acredita-se em uma educação democrática e de qualidade para todas as pessoas, independente das condições financeiras.

Paralelamente, o artigo lança olhares sobre o caráter ambíguo da formação inicial de professores na EaD. Considera-se que esta, se bem implementada, pode garantir um ensino de qualidade, porém da forma que está sendo disseminada, promove cada vez mais a privatização do ensino, desviando a responsabilidade do Estado para com a Educação.

⁵**Base Nacional Comum Curricular.** Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em 20 de jul. 2020.

Buscou-se publicações de pesquisas em bases de dados em quatro etapas: seleção de base de dados, seleção dos termos e *strings* de busca e duas triagens sobre as publicações encontradas com critérios de exclusão e seleção de publicações para análise apresentada na seção Análise e Discussão, com descrição na seção de Metodologia.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em julho de 2020 com a seleção das bases de dados; seleção dos termos de busca; buscas nas bases de dados; leitura dos títulos e resumos e; análise dos textos. Foram encontradas inicialmente 50 publicações, e, após aplicação dos critérios de exclusão, foram selecionadas 13 publicações e, após a leitura dos títulos e resumos e da aplicação da segunda triagem com os critérios de exclusão foram analisadas 07 publicações.

O objetivo da pesquisa foi identificar as pesquisas publicadas sobre a temática da formação de professores e da inclusão, com fundamentação na BNCC, cujas diretrizes estão contempladas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96. Com o resultado das primeiras buscas, definiu-se por adicionar nas *strings* criadas os títulos das pesquisas e documentos oficiais como elemento para buscar nas bases de dados, com os termos definidos e os títulos dos documentos que se compuseram de 05 *strings* de busca a serem inclusas em cada base de dados:

“Formação de Professores” AND “Cursos de Pedagogia EaD” OR “Atuação do professor”;

“BNCC” OR AND “Base Curricular”;

“Educação Inclusiva” AND “Aprendizagem de alunos com deficiência”;

“Ensino e aprendizagem para estudantes com deficiência e Altas Habilidades Superdotação” AND “Educação inclusiva”;

“Como promover a aprendizagem na educação inclusiva” AND “concepções de aprendizagem” OR “concepções da aprendizagem”.

As buscas foram realizadas nas publicações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, do Google Acadêmico e Busca Integrada EBSCO, detalhadas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Detalhamento das bases de dados

Base	Escopo	Link
Google Acadêmico	Permite pesquisas de acesso a trabalhos acadêmicos.	Disponível em: < https://scholar.google.com.br/ >.
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	Integra e dissemina, em um só portal de busca, os textos completos das teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa. O acesso a essa produção científica é livre de quaisquer custos.	Disponível em: < http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Advanced >
Busca Integrada EBSCO	Publica pesquisas científicas para acesso e consulta para acadêmicos.	Disponível em: < https://www.univali.br/paginas/default.aspx >

Fonte: Base de dados definidos pela Pesquisadora, 2020.

Após a apuração inicial de 50 publicações, fez-se a primeira seleção a partir dos seguintes critérios de exclusão, sendo apuradas 20 publicações, conforme o Quadro 2:

Quadro 2 - Critérios de exclusão: primeira triagem

Critérios de exclusão 1	
1	Arquivos escritos em outros idiomas diferentes de português, espanhol ou inglês
2	Entrevistas e blogs
3	Pesquisas com versão repetida

4	Textos indisponíveis para acesso online na íntegra e protegidos eletronicamente
5	Resenhas bibliográficas

Fonte: Base de dados definidos pela Pesquisadora, 2020.

Após a primeira triagem, que resultou em 20 publicações, aplicou-se uma segunda triagem, com novos critérios de exclusão e selecionou-se 13 publicações para leitura dos resumos. Os critérios de exclusão aplicados estão apresentados no Quadro 3:

Quadro 3 – Critérios de exclusão: segunda triagem

Critérios de exclusão 2	
1	Pesquisas que não tenham como área de estudo políticas educacionais de formação de professores articuladas a educação inclusiva e educação a distância.
2	Pesquisas que não versam sobre a temática contextualizada com a legislação.
3	Pesquisas de Revisões sistemáticas (estudos secundários).

Fonte: Base de dados definidos pela Pesquisadora, 2020.

A última etapa de busca e seleção das publicações a serem lidas levou em conta a leitura dos artigos na íntegra para identificar aqueles que tinham maior afinidade e coerência com os propósitos dos estudos. Nesse processo foram analisados com mais profundidade 07 publicações que se encontram detalhadas na Análise e Discussão dos Resultados.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta Revisão de Literatura, as publicações contempladas no Quadro 4 foram analisadas, conforme descrição a seguir:

Quadro 4 – Publicações analisadas na revisão

O rdem	Referência	Objetivo Geral	Afili ação dos Autores
1	FIGUEIREDO, S. B. Formação de professores a distância: análise crítica a partir de um curso de pedagogia. Dissertação (Mestrado em Educação) São Cristóvão, 2009.	Analisar de a concepção de formação de professores e a organização do trabalho pedagógico na modalidade em EaD, no sistema semipresencial de um curso de Pedagogia em uma Unidade/ Polo.	Universidade Federal de Sergipe
2	MELLO, A. DE F. M. G. Plano educacional individualizado: a colaboração docente como processo, a aprendizagem e a inclusão escolar como propósito. Tese (Doutorado em Educação) Itajaí, Univali, 2019.	Desenvolver um protocolo de construção colaborativa do Plano Educacional individualizado (PEI) como instrumento potencializador da aprendizagem de estudantes com deficiência na escola regular.	Univali
3	MENDES, E. G. <i>Et al.</i> Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar, 2018.	Discutir a inclusão escolar para avanços no desempenho das políticas de educação inclusiva.	EdUFSCar
4	NICOLODI, S. C. F. Práticas e processos de mediação pedagógica em cursos de pedagogia na modalidade EaD. Tese (Doutorado em Educação) S. Leopoldo, 2012.	Investigar como são desenvolvidos as práticas e os processos de mediação pedagógica em contextos formativos na modalidade EaD.	Unisinos
5	PACKER, A. M. C. Currículo e prática docente: uma	Caracterizar a forma de organização curricular e o	Univali

- experiência de uma escola internacional. Dissertação (Mestrado em Educação). Itajaí, Univali, 2017.
- 6 PINTO, A. C. C. **A educação especial no ensino superior: uma análise do contexto político da educação especial no curso de pedagogia da Ufam - Tese (Doutorado em Educação) Manaus, Ufam, 2018.** Analisar como os Marcos Político-Legais da Educação Especial à Educação Inclusiva estão contemplados nos Projetos do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Ufam (1994 -2015). Ufam
- 7 MENDES, G. M. L.; PLETSCHE, M. D. Deficiência Intelectual, Ed. Especial e a BNCC: inclusão em quê? In: SILVA, F. de C. T., XAVIER FILHA, C. (Orgs.) **Conhecimentos em disputa na base nacional comum curricular.** Campo Grande, MS: Ed. Oeste, 2019, p. 257-268. Propor olhares críticos acerca dos novos rumos definidos pela BNCC. UFRJ/Udesc

Fonte: Dados coligidos pela pesquisadora, 2020.

Nos tipos das publicações analisadas destacamos 03 (três) teses (Doutorado em Educação), 02 (duas) dissertações (Mestrado em Educação) e 01 (um) capítulo de livro e 01 (um) livro.

Evidenciam-se nas pesquisas realizadas as seguintes considerações: uma das preocupações intrínsecas no texto da Base Nacional Comum Curricular (2019) é que a escola deve fornecer aos seus educadores capacitação e formação continuada, fundamentais para lidar com alunos com deficiência, promover adaptações e os equipamentos necessários para seu aprendizado. Mas isso já está na lei há tempos. Reuniões entre os professores e os coordenadores pedagógicos favorecem a troca de experiências e o aprendizado.

Em relação aos aspectos pertinentes à política de formação de professores buscou-se nesse estudo identificar o que a produção científica tem analisado sobre essa questão e suas correlações com a política de educação inclusiva. Um dos aspectos que tem merecido estudos é a política de Educação a Distância que tem predominado na oferta de cursos na área de pedagogia e dos cursos de licenciatura em geral.

Nesse sentido, Figueiredo⁶ assinala que o Brasil vem promovendo um intenso processo de implantação de programas de formação inicial e continuada de professores, desde a década de 1990 pela modalidade de Educação a Distância (EaD), como estratégia de acesso e expansão do ensino, havendo uma massificação de cursos de formação superior.

A autora salienta que “a utilização da EaD na formação inicial dos professores vem também privilegiando a ampliação do espaço privado entre o público e o privado com alocação de verbas públicas para o financiamento de instituições privadas”.

Uma preocupação expressa por Figueiredo⁷ é que surgem as diversas concepções de cursos em EaD que nem sempre contribuem para a qualificação dos professores. Segundo ela, o modelo de EaD tem sido identificado com estereótipos fordistas de produção industrial por apresentar racionalização, divisão acentuada no trabalho, alto controle dos processos de trabalho, produção de massa de “pacotes educacionais, concentração e centralização da produção, burocratização”.

Salientam-se aspectos negativos como a desqualificação dos quadros acadêmicos e técnicos das instituições (“alienados” em processos de trabalho fragmentados e estandardizados), desumanização do ensino com a mediatização e a burocratização do processo de ensino e aprendizagem.

⁶ FIGUEIREDO, S. B. **Formação de professores a distância**: análise crítica a partir de um curso de pedagogia. Dissertação (Mestrado em Educação). São Cristóvão, 2009. p. 13. <lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 21 de jul. 2020.

⁷Idem. 2009 pp. 17/18. Disponível em:<Lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 21 de jul. 2020.

Nicolodi⁸ destaca que quanto à tutoria, um outro elemento essencial na EaD, a formação dos tutores merece uma atenção especial, pois são eles também importantes mediadores entre os alunos e o conhecimento. Segundo a autora, a figura do tutor é compreendida como a personagem a que tem sido atribuída a função de orientador/facilitador da aprendizagem.

A pesquisa de Nicolodi⁹ indica que “os tutores não passam por uma formação específica para o exercício da tutoria; que chegam à atividade de forma casual; que atribuem as dificuldades de sua prática nas limitações dos alunos e da tecnologia; que não identificam o tutor como docente, (...)”. Dessa forma, a perspectiva dos tutores aponta para uma dicotomia, que estes recebem na literatura pedagógica e às vezes figuram apenas como incentivadores e, em alguns momentos, na condição de professores.

Portanto uma das fragilidades da educação é habilitar profissionais que possam desenvolver tutoria com a grife de formação superior a fim de atender estudantes e alunos que necessitem da educação a distância.

A Lei nº 10.172 instituiu o Plano Nacional da Educação (PNE) estipulando a educação como direito de todos os cidadãos, o que configura um fator de desenvolvimento social e econômico para o Brasil e reflete como instrumento de combate à pobreza e inclusão social.

A Revista da Universidade Vale do Rio Verde¹⁰ publicou informações de que na educação superior foram instituídas prerrogativas, pelo Plano Nacional de educação – PNE como por exemplo, o investimento na oferta de cursos noturnos, modulares e sequenciais; ofertar até o final da década passada, educação superior para cerca de 30% dos jovens de 18 a 24 anos; estabelecer amplo sistema de EaD e outros mais.

Os autores argumentam que o governo deveria ter investido 10% do produto interno bruto - PIB para lançar as metas propostas pelo PNE e não

⁸ NICLODI, S. C. F. **Práticas e processos de mediação pedagógica em cursos de pedagogia na modalidade EaD**. Dissertação (Mestrado em Educação) São Leopoldo, 2012.

⁹Idem. (2012, p. 74)

¹⁰ FERRUGINI, L. et al. **Educação a distância no Brasil: potencialidades e fragilidades**. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 12, n. 1, p 90-98, jan./jul. 2014. Disponível em: <[https:// www. researchgate. net / publication / 271229886 _ educacao _ a _ distancia _ no _ brasil _ potencialidades _ e _ fragilidades](https://www.researchgate.net/publication/271229886_educacao_a_distancia_no_brasil_potencialidades_e_fragilidades)> Acesso em 14 de set. 2020.

apenas os 4% que foram de fato investidos. Posteriormente, instituiu-se o Plano de Desenvolvimento da Educação-PDE como um recurso a mais para desenvolver ferramentas eficientes à ampliação da oferta educacional.

As políticas públicas vinculadas à educação superior são imprescindíveis e responsáveis pelo “desenvolvimento econômico e social, fazendo da educação superior, enquanto formadora de recursos humanos altamente qualificados, seja como peça imprescindível na produção científico-tecnológica, elemento-chave da integração e da formação da Nação”¹¹.

Consta do Relatório de Gestão 2009 da Secretaria de Educação a Distância, Ministério da Educação, que a política pública afirma poucas coisas sobre os tutores, mas quanto à questão de produção e veiculação de programas, materiais pedagógicos e de conteúdos multimídia para a educação pública, o Documento preconiza fomentar a educação a distância para o uso das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) nos programas de formação inicial e continuada, educação a distância e presencial¹².

O Relatório de Gestão estabelece que o gerenciamento das políticas de educação a distância tem por finalidade dar suporte ao planejamento, à avaliação e ao controle das ações pertinentes a essa modalidade de ensino, no âmbito de atuação da SEED/MEC, com a finalidade de aprimorar as ações vinculadas à política nacional de educação fundamental¹³.

Em muitas experiências com EaD são os tutores que mais interagem com os estudantes e por isso sua formação ganha peso, visto que o resultado favorável em uma proposta de EaD será também reflexo da prática bem sucedida.

Em face das questões apontadas pelos pesquisadores há que se indagar de que forma a “desumanização” e a “burocratização do ensino”, o trabalho fragmentado, a existência de mediadores tutores com formação inadequada para orientação dos futuros professores podem interferir na

¹¹ BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em 20 de jul. 2020, 2007, p. 25.

¹² Idem. 2009, p. 10.

¹³ Ibidem. 2009, p. 41.

formação do professor em geral e em especial, na formação destes para atuar com as diferenças dos alunos no processo de aprendizagem? Alguns princípios como a capacidade crítica, a visão sistêmica do processo de ensino-aprendizagem, a relação mediada e compartilhada entre professor e aluno no processo de conhecer, o olhar atento do professor para as diferenças de seus alunos, a empatia e capacidade de perceber necessidade específicas dos alunos podem ficar altamente comprometidos em processos de formação segmentados, burocratizados e ineficazes.

Uma das questões que tem sido enfatizada na formação de professores para atuar com as diferenças tem sido a concepção de um ensino colaborativo e compartilhado que requer atuação conjunta de professores no processo de inclusão escolar.

Os estudos de Mello e de Mendes se aproximam dessa concepção, pois, ambos destacam as práticas de inclusão escolar decorrentes das diretrizes da Política de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva. Mello¹⁴ por exemplo constata que o Plano educacional individualizado pode ser importante instrumento de inclusão se resultar da colaboração docente no processo de aprendizagem e de inclusão escolar. Seu estudo apontou a discussão sobre um protocolo de construção colaborativa do Plano Educacional Individualizado (PEI) como instrumento potencializador da aprendizagem de estudantes com deficiência na escola regular.

Com relação à inclusão, a autora aduz que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), nº 9.394/96, como lei máxima da educação brasileira, prevê, em seu artigo 58, que o alunado da Educação Especial deveria ser atendido “[...] preferencialmente na rede regular de ensino [...]”¹⁵. Desse ponto, embora mantendo a perspectiva facultativa (em face da expressão preferencialmente), fortalecem-se as políticas educacionais que prescrevem a inclusão de todos os estudantes (com e sem deficiência) nos

¹⁴MELLO, A. DE F. M. G. **Plano educacional individualizado**: a colaboração docente como processo, a aprendizagem e a inclusão escolar como propósito. Tese (Doutorado em Educação). Itajaí, Univali, 2019, p. 17.

¹⁵BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, p. 278. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996>. > Acesso em 05 de ago. 2020.

sistemas de ensino, então denominados como sistemas educacionais inclusivos.

Mendes *et al*¹⁶ assinalam que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEE/EI se caracteriza como um documento norteador, que parece privilegiar alguns aspectos da legislação em detrimento de outros, como é o caso, por exemplo, do investimento maciço na atuação de professores especializados, cabendo uma flexibilização alusiva a material e mobiliário essenciais ao desempenho de atribuições no trabalho conjunto de forças educativas com o fim de promover a inclusão.

O estudo de Mello¹⁷ destaca que o trabalho colaborativo entre professores do ensino regular e do ensino especializado possibilitou o estudo das práticas existentes no âmbito do ensino comum e do Atendimento Educacional Especializado - AEE. A experiência de ensino colaborativo conduziu à criação de um modelo de protocolo colaborativo de planejamento e a sua consequente validação junto a estudantes com deficiência em contexto real de ensino. Esse modelo de prática seria mais efetivo se trabalhado, precocemente, com os estudantes dos cursos de licenciatura para que compreendessem o processo colegiado e colaborativo de planejamento do ensino, desde sua formação inicial.

Mendes *et al*¹⁸ abordam também sobre a colaboração entre os professores do ensino regular e especial. As autoras consideram que o Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar une esforços entre educação comum e especial. Ambas discutem a inclusão escolar para avanços no desempenho das políticas de educação inclusiva.

¹⁶ MENDES, E. G. *Et al*. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar**: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar, 2018. 2018, p. 31.

¹⁷Idem. 2018, p. 31.

¹⁸Idem. 2018, p. 104.

As autoras ensinam que “o trabalho colaborativo entre a educação especial e educação regular pode propiciar trocas de saberes e parcerias visando o desempenho máximo dos alunos com ou sem deficiências¹⁹

Denota-se que os profissionais da escola devem estabelecer relações de parceria com o propósito de desenvolver ações inovadoras que possam aliar produção de conhecimento e formação, pois segundo as autoras, as condições necessárias ao desenvolvimento de um trabalho colaborativo entre os profissionais são as seguintes: existência de um objetivo comum, equivalência entre participantes, participação de todos, compartilhamento de responsabilidades e voluntarismo.²⁰

Com essas premissas, vê-se que a pesquisa colaborativa visa criar maneiras de ofertar o atendimento adequado às demandas dos alunos para favorecer o desenvolvimento pleno e possibilitar também o desenvolvimento profissional de todos no processo de ensino-aprendizagem.

Para superar a visão fragmentada do ensino inclusivo e da atribuição de responsabilidades compartilhadas entre os professores do ensino regular e especial é salutar que se aprimorem a formação do profissional, as condições de trabalho e a valorização do professor, não obstante o grande número de normas que se reportem à temática em comento, como estatui a Constituição Federal de 1988 no artigo 205 ao disciplinar “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, ou seja, atribuindo aos cidadãos estudantes o pleno direito à educação, que é requisito essencial para a sua autorrealização e acesso ao mundo do trabalho.

Packer caracteriza a forma de organização curricular e o desenvolvimento das práticas docentes realizadas no 6º ano de uma escola internacional catarinense, mas ideia pode ser estendida a outras realidades.

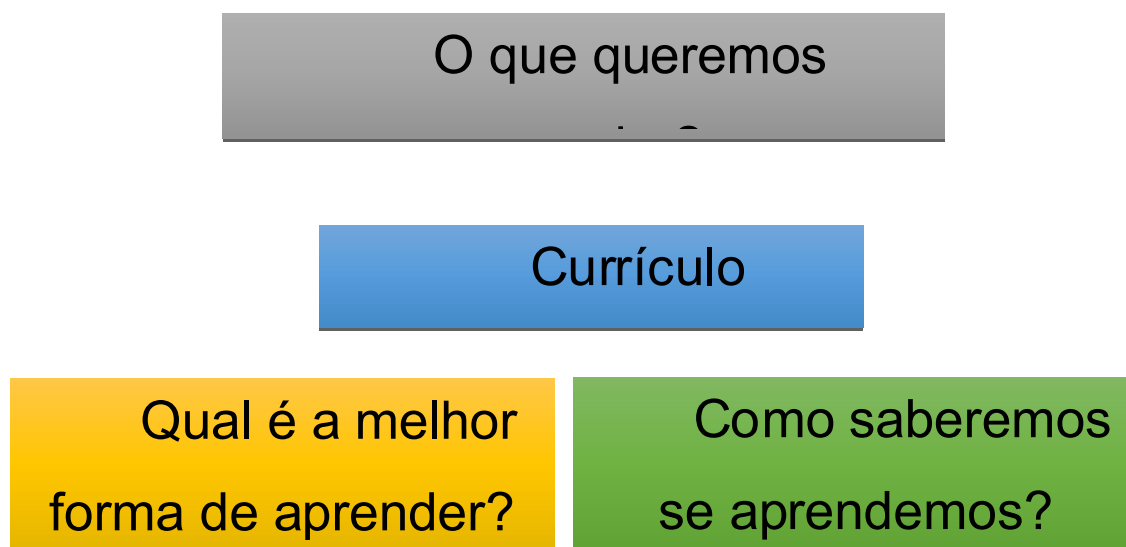
¹⁹Ibidem. 2018, p. 106.

²⁰MENDES, E. G. Et al. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar**: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar, 2018, p. 104.

Para a autora, “estudar o currículo e a prática docente requer uma compreensão dos mecanismos exteriores e interiores à escola, as relações que o processo educativo estabelece com o conhecimento e a coletividade”²¹

A autora, seguindo a mesma linha de pensamento de Mello salienta que o currículo é um constructo histórico de forças que incidem sobre a prática docente e, continuamente, é preciso entender que no campo curricular as ideias e as práticas interagem para que ocorra a aprendizagem com estratégias e metas planejadas principalmente quando se tratar de políticas de educação inclusiva no contexto social e escolar, como ilustra a Figura 2:

Figura 2. Questionamentos estruturantes do currículo



Fonte: Adaptado de Packer, 2017

²¹PACKER, A. M. C. **Currículo e prática docente: uma experiência de uma escola internacional**. Dissertação (Mestrado em Educação). Itajaí, Univali, 2017, p.7.

Também é necessário oportunizar aos professores a percepção e intervenção na elaboração do currículo, que adquire dimensões de um projeto cultural e social. Na organização curricular, a escola apresenta uma base curricular comum obrigatória em âmbito nacional e uma parte diversificada com características específicas da cultura dos alunos, conforme consta em seu Projeto Pedagógico (PP)²².

Esta discussão apresentada por Packer²³ evidencia que também o currículo tem participação relevante nos processos de ensino colaborativo, pois leva em conta na sua elaboração a participação dos professores e a compreensão da cultura de todos os alunos e das suas diferenças de aprendizagem.

Na tese “A Educação Especial no Ensino Superior: uma análise do contexto político da educação especial no curso de pedagogia da Universidade Federal do Amazonas” que precisamos considerar práticas e fazeres no cotidiano educacional/escolar, o ensino, o modo como se ensina, como se avalia; as posturas profissionais que demandam quebra de barreiras atitudinais, a formação docente para “contribuir para a construção de uma prática profissional pautada no entendimento e no reconhecimento e respeito as diferenças; e os próprios eixos estruturantes dos cursos que formam o educador para a “Educação Inclusiva”, entre outros”²⁴.

A autora propõe a análise de como os marcos político-legais da educação especial à educação inclusiva vêm sendo contemplados nos Projetos Pedagógicos do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, no período de 1994 a 2015.

Em sua concepção, a autora assinala que as Universidades Públicas fazem parte da composição do ordenamento educacional brasileiro, “mas ao

²²PACKER, A. M. C. **Currículo e prática docente**: uma experiência de uma escola internacional. Dissertação (Mestrado em Educação). Itajaí, Univali, 2017, p. 21.

²³Idem, 2017, p.7.

²⁴ PINTO, A. C. C. **A educação especial no ensino superior**: Uma Análise do Contexto Político da Educação Especial no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas. Tese (Doutorado em Educação) Manaus, Ufam, 2018, p. 17.

longo de sua caminhada vem encontrando inúmeras dificuldades para efetivar uma educação ancorada em critérios inclusivos e democráticos”.²⁵

Há que se ressaltar que a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 1º contemplou como fundamentos essenciais do Estado Democrático de Direito, nos incisos II e III, a cidadania e a dignidade da pessoa da pessoa humana, respectivamente.

Todos os autores que foram pesquisados apontam para uma escola que ofereça a educação com qualidade e respeito ao ser humano, independentemente de sua condição social, física e mental, no sentido de se construir uma sociedade livre, justa e solidária, preconizada pela Carta Política em seu artigo 3º, inciso I.

A relação que se faz quanto ao estudo da autora com os estudos anteriores é que a formação inicial representa a escola de sucesso, com seus problemas, mas que funciona. Pinto indaga, a partir de dez fatores elencados por Marin e Giovanni²⁶ que sintetizam dez problemas de modelos formativos das últimas décadas, sendo:

- a) o controle burocrático e verticalista da formação e da atuação docente;
- b) a dualidade nos níveis de formação de professores para atuação nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- c) a ambiguidade e a multiplicidade de propostas e modalidades de formação e organização curriculares para formação de professores no Ensino Médio e no Ensino Superior;
- d) a identificação e a descaracterização da identidade profissional do professor a ser constituído;

²⁵ Idem, 2018, p. 18.

²⁶ MARIN, A. J.; GIOVANNI, L. M. A precariedade da formação de professores para os anos iniciais da escolarização: 35 anos depois do início da formalização de novos modelos. In: BARBOSA, R. L. L. (Org.). **Formação de Professores: artes e técnicas, ciências políticas**. São Paulo: UNESP, 2006, p. 132.

e) as crescentes privatizações das instituições formadoras;

f) as diretrizes e documentos que norteiam a organização e o funcionamento das instituições formadoras;

g) o aligeiramento das condições de formação e do rebaixamento das exigências de formação;

h) as modificações curriculares com centralização dos processos avaliativos pautados no conceito de “competências”;

i) concepções distorcidas, hierarquização na composição dos docentes e na divisão técnica do trabalho nas instituições escolares como distorções nos salários e futuras condições de trabalho;

j) a estrutura e o funcionamento do sistema escolar de Ensino Fundamental têm poder desmobilizador sobre as ideias e ideais resultantes do processo de formação de professores. (PINTO, 2018, p. 69).

Dessa perspectiva, vê-se que os fatores elencados retratam uma realidade não tão positiva quando se trata da formação de professores, de sua atuação, da valorização profissional, do cumprimento da Constituição Federal, como também do campo de atuação profissional que apresenta fragilidades e deficiências quanto às condições de trabalho.

(...) todos esses fatores supracitados concorrem com o desinteresse pela profissão docente e com a desvalorização do profissional da educação. Além disso, parece não contribuírem com a criação de espaços para que o futuro profissional problematize sua própria formação. Mas como sair da retórica tão conhecida: despreparo do professor por insuficiente capacitação na formação inicial? Falta de articulação teoria e prática?²⁷

²⁷PINTO, A. C. C. **A educação especial no ensino superior: Uma Análise do Contexto Político da Educação Especial no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas.** Tese (Doutorado em Educação) Manaus, Ufam, 2018, p. 70.

Dessa perspectiva, a formação inicial pautada na segmentação e em processos distanciados da escola real, como afirmam os estudos sobre formação pedagógica nos cursos EaD, não garante uma prática profissional vinculada ao entendimento e ao reconhecimento e respeito às diferenças.

A Constituição Federal reconheceu e preconizou o direito educacional para a Educação Especial fundamentado no paradigma da inclusão, nos direitos humanos e no direcionamento ao respeito à igualdade e às diferenças dos quais foi possível vislumbrar mudanças educacionais com novas perspectivas para um sistema educacional inclusivo ou que atendesse aos novos interesses da sociedade capitalista excludente.

Com tantos resultados não desejados amargados pelas escolas, tem-se buscado melhorias com o uso da tecnologia, que abrevia o tempo de busca de diversas respostas pedagógicas para o professor e para o aluno, além de oferecer uma gama de informações que podem auxiliar no processo de ensinar e aprender.

Não se trata em considerá-las como ambiente que segrega e exclui, posto que se deve ampliar o significado de sua função social e garantir o direito à educação e à igualdade de oportunidades e aprendizagens aos alunos que historicamente não fizeram parte da lista comum, como aqueles com deficiências, transtornos globais e altas habilidades.

Na obra *Conhecimentos em disputa na base nacional comum curricular*, em discussões sobre a “Deficiência intelectual, educação especial e BNCC e inclusão percebe-se que há olhares críticos acerca dos novos rumos definidos pela Base Nacional, os quais servem como pontos de discussão para as universidades formadoras de professores.

O propósito do estudo das autoras é discutir a formação do professor para ensinar o aluno com deficiência, cuja previsão está no princípio da igualdade de partes, consoante artigo 5º, *caput*, da CF de 1988²⁸. Se

²⁸Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade,

superarmos a ideia fragmentada sobre a formação inicial, o professor dependerá da previsão na matriz curricular para a habilitação na educação inclusiva e ao mesmo tempo para atuar com a educação a distância.

Pudemos constatar que ainda falta muito a se reconhecer na política de formação de professores com foco na Educação Especial e na Educação Inclusiva. O currículo e os projetos pedagógicos não implementam ações que visem aprimorar as políticas que contemplam a Educação Especial em sua amplitude. Identificamos vários aspectos de inserção de processos inclusivos, mas ainda falta muito a se desenvolver, pois algumas ações que foram contempladas tornam o curso parcialmente inclusivo, contudo, considera-se que muitas demandas planejadas pelas escolas não são atendidas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos resultados gerais da análise comum entre os autores sobre a educação inclusiva na escola e sua articulação com a formação inicial de professores no âmbito da educação a distância foi possível esclarecer que a educação especial é uma modalidade de ensino que tem a função de promover o desenvolvimento das habilidades das pessoas com deficiência, abrangendo todos os níveis do sistema de ensino: da educação infantil à formação superior.

Como é uma modalidade transversal a todos os níveis de ensino, ela é parte constitutiva da formação inicial dos professores. Assim, qualquer proposta de formação de professores, seja ela inicial ou continuada, presencial ou a distância, não pode prescindir de discutir o direito de todos à educação e, mais que isso, não pode deixar de evidenciar a importância do trabalho colaborativo e compartilhado entre professores de ensino regular e especializado.

A educação inclusiva é uma modalidade de ensino na qual o processo educativo deve ser considerado como um processo social em que todas as pessoas, com deficiência ou não, têm o direito à escolarização. Alguns questionamentos ficam para remeter-nos a outras pesquisas: qual é o papel da

à igualdade, à segurança e à propriedade[...]. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_5_.asp> acessado em 23 de ago. 2020.

escola? Quais são os principais pontos de discussão da educação e compreender o que se espera de uma escola inclusiva?

Esta Revisão de Literatura clarificou-se que a formação inicial do professor não pode se eximir de discutir os direitos de todos à educação, das práticas de ensino que respeitem as diferenças, da colaboração e atuação conjunta entre professor de turmas regulares e professor do ensino especializado e da formação que tenha como princípio orientador a igualdade de oportunidades e aprendizagem. A aplicação da base curricular poderá necessitar de uma flexibilização que favoreça a aprendizagem do aluno com deficiência, que também é papel e responsabilidade da escola e de seus educadores. Tal flexibilização inclui o fornecimento de material e mobiliário essenciais, aquisição de equipamentos específicos, como computadores e *softwares*, profissionais qualificados, incentivo ao exercício profissional, entre outros. A escola não está sozinha nesta árdua tarefa: isto consiste em um trabalho conjunto entre a escola regular, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o Estado.

Com a análise das publicações encontradas na Revisão de Literatura, evidencia-se que na escola inclusiva, todas as propostas que orientarão as atividades escolares e as intenções dos educadores relativas à inclusão podem ser registradas em seu Projeto Político Pedagógico (PPP). Nele ficam estabelecidas quais redes de ambiente escolar, professores especialistas ou aceleração de conteúdo.

Quanto à função do professor, o ensino colaborativo ou coensino destaca-se como modelo de prestação de serviço de apoio em que o professor comum e um professor especializado podem comungar a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar o ensino para um determinado grupo de natureza heterogênea de alunos. Vê-se que são alternativas aos modelos de sala de recursos, classes especiais ou escolas especiais, que acomodam as demandas das práticas de inclusão escolar de estudantes do público-alvo da educação especial.

Há uma premente necessidade de se enfrentar a complexidade da seara da educação inclusiva, uma vez que se formam profissionais sem tempo e nem

condições de trabalho disponíveis que lhes permitam analisar e aperfeiçoar suas práticas educacionais.

A inclusão não pode ser conectada à ideia de ilusão – ela deve nos fazer pensar nas práticas escolares advindas de discursos teóricos, no interesse dos gestores e autoridades jurídicas e políticas, para que se envolvam em um mesmo esforço amplo, para não ocorrer a interrupção dos estudos de estudantes, evitando-se a evasão escolar. A postura do professor deve ser crítica ante as novas propostas de ensino emergentes na contemporaneidade educacional deve refletir criticamente sobre as práticas pedagógicas atuais, para alcançar os objetivos planejados.

É necessário retirar para sempre do vocabulário escolar a ideia de fracasso, que pode se originar da incompreensão dos professores quanto às especificidades dos alunos nos quesitos de tempo de aprendizagem, de condições sociais adversas e de posturas inadequadas da escola.

Imprescindível é ressignificar o contexto escolar dos sujeitos no campo inclusivo, por fatores culturalmente aceitos, que alcançam o âmbito socioeconômico, a fim de evitar a culpabilidade apenas do sujeito que ainda precisa aprender.

A legislação deve prever a habilitação de profissionais para atuarem na educação a distância com fito nas sendas da inclusão. Deve, ainda, propiciar melhorias tanto na formação do professor quanto no processo de ensino-aprendizagem na escola regular e em suas dimensões superiores, para abarcar as possibilidades de consolidar a educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Educação – SEED. **Relatório de gestão 2009**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16182-relatorio-gestao-seed-2009> Acesso em 05 de ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em 20 de jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Art. 5º. Disponível em: <[https:// www. senado. leg. br / atividade/ const/ con1988/ con1988 _ 15.12.2016 /art_5_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_5_.asp)> Acessado em 23 de ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.146/2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em 20 de jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <[https:// www2. camara. leg. br / login/ fed/ lei/1996](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996). > Acesso em 05 de ago. 2020.

FERRUGINI, L. *et al.* **Educação a distância no Brasil**: potencialidades e fragilidades. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 12, n. 1, p 90-98, jan./jul. 2014. Disponível em: <[https:// www. researchgate. net / publication / 271229886 _ educacao _ a _ distancia _ no _ brasil _ potencialidades _ e _ fragilidades](https://www.researchgate.net/publication/271229886_educacao_a_distancia_no_brasil_potencialidades_e_fragilidades)> Acesso em 14 de set. 2020.

FIGUEIREDO, S. B. **Formação de professores a distância**: análise crítica a partir de um curso de pedagogia. Dissertação (Mestrado em Educação) São Cristóvão, 2009.

INCLUSÃO. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp013417.pdf>> Acesso em 25 de jul. 2020.

LIMA, I. G. de; SANTOS, G. S. dos. Resenha crítica – políticas educacionais: questões e dilemas *in*: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011. Disponível em: <<http://www.curriculo.semfronteiras.org/vol12iss1articles/lima-santos.pdf>> Acesso em 28 de jul. 2020.

MARIN, A. J.; GIOVANNI, L. M. A precariedade da formação de professores para os anos iniciais da escolarização: 35 anos depois do início da formalização de novos modelos. In: BARBOSA, R. L. L. (Org.). **Formação de Professores**: artes e técnicas, ciências políticas. São Paulo: UNESP, 2006.

MELLO, A. DE F. M. G. **Plano educacional individualizado**: a colaboração docente como processo, a aprendizagem e a inclusão escolar como propósito. Tese (Doutorado em Educação). Itajaí, Univali, 2019.

MENDES G. M. L.; PLETSCHE M. D. Deficiência Intelectual, Educação Especial e a BNCC: inclusão em quê? *In*: SILVA, F. de C. T., XAVIER FILHA, C. (Orgs.) **Conhecimentos em disputa na base nacional comum curricular**. Campo Grande, MS: Ed. Oeste, 2019.

MENDES, E. G. *Et al.* **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar**: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

MENDES, E. G. *Et al.* **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar:** unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: UFSCar, 2014. p. 68- 88.

NICOLODI, S. C. F. **Práticas e processos de mediação pedagógica em cursos de pedagogia na modalidade EaD.** Dissertação (Mestrado em Educação) São Leopoldo, 2012.

PACKER, A. M. C. **Currículo e prática docente:** uma experiência de uma escola internacional. Dissertação (Mestrado em Educação). Itajaí, Univali, 2017.

PINTO, A. C. C. **A educação especial no ensino superior:** uma análise do contexto político da educação especial no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas. Tese (Doutorado em Educação) Manaus, Ufam, 2018.

WICKERT, M.L.S. **O futuro da educação a distância no Brasil.** Mesa redonda. CEAD, Brasília, 1999.